



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 1/2025

RESUMO DAS QUESTÕES OBJETIVAS ANULADAS APÓS ANÁLISE RECURSAL

CURSO	DISCIPLINA	CÓDIGO DA QUESTÃO	ENUNCIADO
ADMINISTRAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO	-----	ADM PG22460	(ADM PG22460) Em relação aos seguintes conceitos da Gestão de Processos, assinale a alternativa incorreta: Processos são um conjunto de atividades interdependentes, realizadas continuamente de forma padronizada, que transformam insumos em saídas que geram resultados e agregam valor à Organização. Processos de suporte são ligados ao funcionamento básico da organização. Sua função é dar apoio aos processos finalísticos, aos de gerenciamento e aos demais processos de suporte. Eles não entregam valor diretamente aos cidadãos. Subprocesso é o detalhamento da atividade. É o conjunto de passos que detalha como a atividade deve ser realizada para que seu objetivo possa ser cumprido. Os indicadores de desempenho medem algum aspecto do desempenho de um processo, comparando esta medida com metas que foram estabelecidas, possibilitando verificar se o processo está alcançando seus objetivos. O painel de contribuição define como cada unidade vai contribuir para o alcance da estratégia institucional. Os objetivos de contribuição de cada unidade são definidos para um período de dois anos e monitorados por meio de indicadores.
DIREITO GRADUAÇÃO	DIREITO ADMINISTRATIVO	DIRG125AD01	(DIRG125AD01) Os princípios de Direito Administrativo apresentam função hermenêutica e função integrativa, ou seja, tanto pode ser utilizado para interpretar o conteúdo das normas, quanto para suprir lacunas existentes. Assim, assinale a alternativa que está em desconformidade com os princípios do Direito Administrativo: a) A desapropriação e as cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos encontram respaldo no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. b) O registro de reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral são expressão do princípio da participação dos usuários na Administração Pública, previsto no art. 37, § 3º, da Constituição Federal. c) O nepotismo viola, dentre outros, o princípio da moralidade administrativa. d) O desperdício de material de expediente não viola o princípio da eficiência, pois não há como compatibilizar a economicidade com a prestação de serviço com qualidade, rapidez e produtividade. e) A publicidade dos atos administrativos, enquanto princípio, admite exceções previstas em lei, como nos casos de sigilo para garantia da segurança nacional ou preservação da intimidade.
	DIREITO CIVIL	DIRGD125CV02	(DIRGD125CV02) Marcos emprestou seu livro para seu amigo Pedro, com a condição de que ele o devolvesse em uma semana. Marcos, porém, perdeu o livro ao esquecê-lo dentro do avião em que viajava. Nessa situação: a) Pedro não tem nenhuma obrigação, já que a perda foi acidental. b) Pedro deve pagar a José o valor equivalente ao livro perdido, convertendo-se a obrigação original em perdas e danos. c) A amizade prévia mantida entre Marcos e Pedro é hipótese de perdão e resolução do contrato de empréstimo de coisa fungível. d) Marcos deve processar Pedro por furto. e) Como o livro foi deixado dentro de um avião, caberá a Marcos demandar junto à companhia aérea, em face de sua responsabilidade pelo contrato de transporte.

	DIREITO PENAL	DIRG224DP08	(DIRG224DP08) Não se considera excludente de culpabilidade: legitima defesa, inimputabilidade, obediência hierárquica, menoridade, embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	DIRG224PC10	(DIRG224PC10) Segundo o Supremo Tribunal Federal: O mandado de segurança em casos excepcionais pode substituir a ação popular; Cabe mandado de segurança contra lei em tese, desde que os destinatários desta lei possam ser categorizados em grupos específicos; Em certos casos, o mandado de segurança é o meio adequado para combater decisões judiciais com trânsito em julgado; Não é possível impetrar mandado de segurança por meio
DIREITO ADMINISTRATIVO		DIRPG125AD02	(DIRPG125AD02) Assinale a alternativa que não constitui característica de empresas públicas federais, como a Caixa Econômica Federal: a) Integra a Administração Pública Indireta. b) Trata-se de pessoa jurídica de direito privado. c) Tem sua criação autorizada por lei específica. d) Detém capital exclusivamente público. e) Suas demandas são de competência da Justiça Estadual.
		DIRPG224AD01	(DIRPG224AD01) Sabe-se que o conceito de Administração Pública pode ser compreendido no sentido subjetivo, isto é, significando as pessoas, órgãos e agentes que exercem atividades administrativas, ou em seu sentido objetivo, significando a própria atividade administrativa, com suas peculiaridades. Sobre o tema, é correto afirmar que: (a) O Brasil adotou o critério formal de Administração Pública. Assim, somente faz parte da Administração em sentido formal as entidades que a lei assim considera, independentemente da atividade exercida. Neste molde, por exemplo, existem entidades privadas que exercem atividade econômica que fazem parte da Administração Pública em sentido formal. (b) O Brasil adota o sistema de dualidade de jurisdição, também conhecido como sistema francês. Nesse sistema, existem dois órgãos que exercem a jurisdição: a justiça especial do contencioso administrativo e a justiça comum. Como consequência da adoção deste sistema, a justiça comum está proibida de processar a julgar demandas que tenham por objeto a anulação de um ato administrativo por ilegalidade ou ilegitimidade. (c) A Administração é impedida de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, jamais podendo revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, prática esta que seria considerada afrontosa aos direitos adquiridos. (d) O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que o ingresso com ação judicial postulando benefício previdenciário, não depende de prévio requerimento administrativo perante o INSS. (e) No contencioso administrativo brasileiro adotam-se princípios do processo civil, como o da vedação da reformatio in pejus, de modo que apresentado o recurso administrativo, o responsável pela interposição não pode ter a sua situação prejudicada no novo julgamento.
	DIREITO CIVIL	DIRPG224CV08	(DIRPG224CV08) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. O Código Civil prevê, contudo, algumas hipóteses em que a incapacidade poderá cessar, antes mesmo de atingida a maioridade pelo indivíduo. Assinale a única alternativa que NÃO APRESENTA uma das formas de cessação da incapacidade para os menores, segundo as disposições do Código Civil. a) Pelo casamento. b) Pelo exercício de emprego público efetivo. a) Pela colação de grau em curso de ensino superior. d) Pela emancipação voluntária, mediante escritura pública, com o assentimento dos pais ou tutores. e) Pela aprovação em concurso público de provas e títulos.

DIREITO PÓS-GRADUAÇÃO	DIRPG125DC04	(DIRPG125DC04) O Controle de Constitucionalidade é ato inerente às Constituições rígidas, sendo inevitável para manutenção da estabilidade do ordenamento jurídico no Estado Democrático de Direito, onde se pressupõe a legitimidade das leis e a supremacia da Constituição. Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta: (a) É cabível ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal; (b) A ação direta de inconstitucionalidade, embora admita a atuação de <i>amicus curiae</i> , não admite a intervenção de terceiros. A decisão monocrática que inadmita o ingresso como <i>amicus curiae</i> é recorrível ao plenário do Supremo Tribunal Federal; (c) A regra do full bench, ou reserva de plenário, impede a declaração de inconstitucionalidade por juiz singular; (d) A Medida Provisória pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade. No entanto, se a Medida Provisória for convertida em lei antes do julgamento, a ADI poderá prosseguir, sendo suficiente que o legitimado ativo promova o aditamento à inicial; (e) O Congresso Nacional detém legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de inconstitucionalidade;
DIREITO CONSTITUCIONAL	DIRPG125DC05	(DIRPG125DC05) O Poder Judiciário é essencial para a preservação do Estado Democrático de Direito, garantindo a aplicação imparcial das leis e a proteção dos direitos fundamentais. Sua atuação independente e técnica é indispensável para a resolução de conflitos e a manutenção da justiça social. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre o Poder Judiciário, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa correta: (a) Não compete ao STF processar e julgar ação penal ajuizada contra civis e militares não detentores de foro privilegiado mesmo quando existir evidente conexão entre as suas condutas e as apuradas no âmbito mais abrangente de procedimentos em trâmite na Corte que envolvam investigados com prerrogativa de foro; (b) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público; (c) Entendimento do STF, ademais, no sentido de que os crimes contra a organização do trabalho são da competência da Justiça do Trabalho; (d) Evidenciado o caráter internacional do tráfico de drogas e identificada a conexão dos crimes, compete ao Superior Tribunal de Justiça o processamento e julgamento dos feitos; (e) Sobre a competência, está pacificado o entendimento de que não havendo interesse jurídico da União Federal no feito, como no presente caso, em se tratando de empresa concessionária de serviço público e particular, a competência é da Justiça estadual;
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	DIRPG125PC04	(DIRPG125PC04) Acerca do mandado de segurança e a jurisprudência do STF e do STJ sobre a temática, assinale a opção correta. a. Há entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no qual se admite a intervenção de terceiros em sede de mandado de segurança. b. Eventual concessão de liminar em sede de mandado de segurança não pode ser impugnada por meio de pedido de suspensão de segurança feito por partido político, visto que este não possui legitimidade para postular o referido pedido. c. É inconstitucional o artigo da Lei do Mandado de Segurança que fixa o prazo decadencial de cento e vinte dias para a impetração de mandamus. d. É cabível Mandado de Segurança contra ato normativo de caráter geral e abstrato. e. Apesar de não ser considerado sucedâneo recursal, o mandado de segurança pode ser utilizado pela parte interessada para impugnar decisão judicial teratológica que tenha transitado em julgado.